



[www.sindieletromg.org.br](http://www.sindieletromg.org.br) - [facebook.com/sindieletro](https://facebook.com/sindieletro)

# LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DAS USINAS DA CEMIG

## GANHA FORÇA



Nº 849 - De 21/06/2017 a 27/06/2017

Jornal do Sindieletro-MG - Filiado à **CUT** e **FNU**

O risco de privatização das usinas de Miranda, São Simão, Jaguará e Volta Grande reuniu, na segunda-feira, 19, durante audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, forças de campos políticos diferentes em defesa das hidrelétricas.

Deputados de vários partidos, entidades sindicais, lideranças do Sindieletro e a presidência da Cemig defenderam, na mesma mesa de debate, a importância das quatro hidrelétricas continuarem sendo operadas pela estatal. Ao final foram definidas várias ações da Comissão de Minas e Energia em defesa das usinas que compõem um dos maiores patrimônios do povo mineiro.

O deputado estadual, Rogério Correia (PT), autor do requerimento da audiência, apresentou um histórico dos acontecimentos

que podem levar as usinas a leilão, destacando a opção equivocada do ex-governador Antônio Anastasia (PSDB) de abrir mão de mais 30 anos de concessão das hidrelétricas. “As repercussões negativas dessa decisão são muitas, como a perda do patrimônio que vem sendo operado pela Cemig e a geração de grande impacto sobre a tarifa de energia”, destacou.

O coordenador geral do Sindieletro, Jefferson Silva, destacou que os trabalhadores da Cemig que estão na empresa desde a década de 1990 estão acompanhando, nesse período da história a terceira tentativa de privatização da empresa. A primeira com o Acordo de Acionistas com a AES em 1997. Graças às mobilizações dos eletricitários nos anos 2000, a Constituição do Estado proíbe a privatização de empresas públicas

sem os votos de três quintos dos deputados e sem referendo popular (PEC50).

Em 2014 houve a tentativa de aprovar a PEC 68 na Assembleia Legislativa, que era também uma estratégia de privatização, e nesse momento, há nova investida do governo Federal sobre a venda de ativos (São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande) do Estado.

Sobre a portaria do Ministério de Minas e Energia, que determina a realização de leilões em setembro deste ano, Jefferson afirmou que é um equívoco transferir o poder controlador da estatal para sócio privado e tirar do Estado a capacidade de investimento e de desenvolvimento tanto do setor elétrico quanto de outros setores. “O que estamos dizendo para a sociedade e para os municípios

é que essas usinas representam cerca de 50% da capacidade de geração de energia da Cemig. Com o leilão, as hidrelétricas irão para a iniciativa privada, provocando prejuízos na perspectiva do controle das águas, de estratégia do setor elétrico na perspectiva da receita da Cemig”, alertou.

### Privatizar para custear o déficit fiscal

O economista da Subseção do Dieese do Sindieletro, Carlos Machado, questionou o uso de recursos do setor elétrico para resolver a crise financeira no governo federal, com risco de onerar tarifas de energia por décadas e de desnacionalizar o setor elétrico. “É necessário retomar o diálogo para garantir a modicidade da tarifa e - atendendo aspirações da população - evitar a privatização ain-

da que parcial da Cemig”, ressaltou.

O presidente da Cemig, Bernardo Salomão, reforçou a denúncia de que o governo Temer está usando a Cemig para “resolver o problema do déficit público do país”. Ele destacou que os chineses estão vendendo o leilão das usinas que já foram relicitadas e, portanto, passarão a gerir empreendimentos estratégicos para o setor elétrico e o país.

Em função dos financiamentos e facilidades criadas pelo governo Temer para o setor privado participar dos leilões, tudo indica que o consumidor cativo pagará a conta dessas transações que favoreceram o capital estrangeiro, através da tarifa. **(Continua na página 3)**

# PRESTAÇÃO DE CONTAS DA

No dia 25 de maio, a Forluz realizou, no auditório do Edifício Sede da Cemig, o “tradicional evento Presta Contas”. Conforme divulgado pela Fundação, essa seria uma oportunidade para os participantes esclarecerem dúvidas sobre os planos previdenciários e os investimentos da entidade.

No entanto, as movimentações financeiras da Forluz foram aprovadas com o famigerado voto de Minerva, uma vez que a metade dos conselheiros foi contrário ao balanço financeiro. Para o diretor do Sindieletro, Marcelo Correia, a prestação de contas da Forluz não passa de um “faz de contas”, pois não existe transparência na entidade.

É preciso saber: Por que os conselheiros não aprovaram a prestação de contas? Correia considera grave a publicação de dados confidenciais que não poderiam ser divulgados sem que as movimentações financeiras da Fundação estivessem devidamente aprovadas pelos conselheiros.

A ressalva fica por conta da reunião que ocorreu na Forluz no dia 19 de junho. A pedido do grupo de estudos sobre Forluz (criado pelo Sindicato), através do conselheiro da Fundação, Guilherme Andrade, os participantes tiveram a oportunidade de esclarecer vários pontos com os técnicos da Forluz. Encontro pelo qual agradecemos pela realização.

## Déficit do Plano A

Na ocasião, o presidente da Forluz, José Ribeiro Pena Neto, anunciou que a Fundação e a Cemig assinaram contrato para o equacionamento do déficit de aproximadamente R\$ 284 milhões do Plano A. O débito será totalmente assumido pela Cemig e amortizado em até 14,4 anos.

Marcelo Correia questionou o presidente da Forluz sobre os novos encaminhamentos caso a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) não aceite o acordo, uma vez que o órgão defende a divisão do déficit entre as patrocinadoras e os participantes.

A resposta do presidente da

Fundação, no entanto, não elucidou o questionamento: “A Precvic não tem que aceitar! O negócio é entre a Cemig e a Forluz”, respondeu José Ribeiro.

## Histórico

Para entender o caso, é preciso lembrar que o Plano A, plano previdenciário da Forluz, fechado e saldado em 1997, apresentou um déficit contábil de R\$ 1,149 bilhões em 2015. Pela legislação vigente, é obrigatório o equacionamento de parte desse déficit, estimado em cerca de R\$ 284 milhões.

O regulamento do plano, aprovado pela própria Cemig, também define, no artigo nº 57, que é responsabilidade integral da patro-

cinadora o pagamento de eventuais déficits. O Sindieletro sempre exigiu que a direção da empresa cumprisse à risca o que está definido pelo regulamento do Plano, sem onerar os trabalhadores.

Já a Precvic, responsável pela fiscalização dos fundos de pensão, determinou que a Forluz alterasse o regulamento do Plano A e incluísse a paridade no pagamento do déficit.

No dia 17 de maio, a Cemig efetuou o pagamento da primeira parcela. No total, a empresa terá que pagar mais 133 parcelas mensais de aproximadamente R\$2 milhões.

## Cemig faz acordo com nova diretora que movia ação contra Fundação na Justiça

Uma situação estranha ganhou destaque com a mudança na diretoria da Forluz. A atual diretora de Previdência e Gestão, Mônica Siqueira, tomou posse mesmo tendo ações na Justiça contra a Forluz e a Patrocinadora. Além disso, agora a Cemig fez um acordo com a aposentada e já pagou até mesmo os custos de toda a ação. Para entender o que aconteceu, é preciso retroceder e traçar uma linha do tempo:

**Em oito de setembro de 2016**, a ex-superintendente Mônica Siqueira entrou com ação contra a Forluz e a Cemig sobre questões relacionadas às entidades. **Em 30 de março**, a indicação de Mônica foi aprovada pelo Conselho Deliberativo para ocupar cargo na diretoria da Forluz, inclusive com o voto de qualidade do presidente do Conselho Deliberativo, Leonardo Jorge, apesar dos três votos contrários – os conselheiros eleitos levantaram questões relativas à ação movida pela indicada e pela substituição sem explicação da outra diretora, Maura Galuppo, que estava no cargo há apenas dois meses.

Por fim, **no dia 24 de abril deste ano**, Mônica tomou posse, sendo a quarta ocupante do cargo em um período inferior

a dois anos. A indicação suscitou questões importantes: Por que uma pessoa com ação ajuizada contra a patrocinadora e a Forluz está ocupando esse cargo? Qual é o sentido de tirar Galuppo de forma abrupta da diretoria? Qual é o interesse da patrocinadora nisso tudo?

Essas perguntas permaneciam sem resposta. No entanto, algo mais estranho ainda aconteceu: a Cemig fez um acordo com Mônica, concordando em pagar a quantia requerida pela reclamante (R\$20.123,67) em relação a ação na 1ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias (5131759 – 34.2016.813.0024), recolher o FGTS sobre o valor e assumir os custos processuais. As outras duas ações - uma na 22ª e outra na 4ª Vara de Trabalho, foram retiradas por Mônica. No fim das contas, o que se constata é que havia um claro conflito de interesses para que a nova diretora tomasse posse do cargo.

Após tudo isso, não resta alternativa senão concluir que a escolha de Mônica foi parte de um acordo. O questionamento que fica é: a diretoria de Previdência e Gestão da Forluz se tornou moeda de troca política?



# FORLUZ NÃO TIRA DÚVIDAS

## Mais pressão em defesa do patrimônio dos mineiros

Durante a Audiência Pública na ALMG, o ex-diretor do Sindieletro e eletricista da São Simão, Fábio Carvalho, deu importante testemunho da situação das usinas. “Em 33 anos de empresa, nunca vi o dinheiro privado ser usado para melhorar a Cemig. Pelo contrário, o capital é que sempre se beneficiou da empresa”, disse. “Há anos vemos a falta de manutenção em nossas hidrelétricas e agora vemos o governo Temer pegar um pedaço da Cemig para pagar dívida”, acrescentou.

Fábio Carvalho afirmou que é preciso, de forma apartidária, admitir que a política continua a mesma na gestão da Cemig e que é preciso definir o papel das usinas, que não pode ser apenas de “financiar o capital”.

O deputado federal Adelmo Leão (PT) alertou para os prejuízos que a onda da privatização vem impondo ao país. “Com essa política, patrimônios importantes e estratégicos para o Brasil estão sendo abertos. Não podemos ter soberania sem o controle da água e da energia, e, além disso, a população não ganhará absolutamente nada com essa privatização do nosso parque energético”, alertou.



A audiência terminou com a aprovação de requerimentos da ALMG à Presidência da República, à Aneel e à Câmara dos Deputados contra a realização de leilões das usinas e pela prorrogação das concessões. Também foi aprovado requerimento à Advocacia Geral do Estado para que sejam tomadas medidas jurídicas visando barrar o leilão das

usinas da Cemig e visita dos deputados e entidades ao ministro da Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, e também ao ministro do Supremo Tribunal Federal, José Antônio Dias Toffoli, relator da ação que pede renovação das concessões.

Representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) reforçaram a importância das hidrelétricas - com seu potencial de água e energia - para a soberania nacional. O MAB também alertou para a necessidade dos debates em defesa das usinas saírem da esfera política e jurídica para envolver a população, verdadeira dona das hidrelétricas.



Por sugestão da direção do Sindieletro, foi aprovado, na Audiência, um requerimento para a realização de audiência pública sobre o tema no Triângulo Mineiro, região que abriga as usinas ameaçadas de irem a leilão.

### RENTABILIDADE PLANO B – FORLUZ

PERFIS	MAIO/17	2017	2016
Ultraconservador	0,8205%	4,0042%	13,196%
Conservador	0,5091%	3,9889%	13,7258%
Moderado	0,0421%	3,9623%	14,4604%
Agressivo	- 0,7475%	3,8619%	15,5752%
<b>COTAS</b>			
Rentabilidade	0,505%	3,9739%	13,755%
RMA (Rentabilidade Mínima Atuarial)	0,7426%	3,6238%	11,9213%



**PARTICIPE DAS ASSEMBLEIAS  
ATÉ 29/6. CONFIRA NO SITE**

# É Greve geral ou dê adeus à multa de 40% do FGTS!

As centrais sindicais, os movimentos sociais e os sindicatos estão organizando nova Greve Geral no dia 30 de junho, contra as Reformas da Previdência e Trabalhista, contra a terceirização e por eleições diretas para presidente da República.

Motivos não faltam para o trabalhador cruzar os braços pelo Fora Temer e contra as reformas impopulares.

Os deputados que votaram a favor da **Reforma da Previdência** (PEC 287) na Comissão Especial da Câmara, no dia 03 de maio, incluíram mais uma maldade: eles propuseram a extinção da multa de 40% sobre o saldo

do FGTS em caso de demissão de trabalhador já aposentado que fez a opção de continuar na ativa. Confira a mudança aprovada pela Comissão Especial:

## A proposta do deputado Arthur Maia

Foi incluído o parágrafo § 4º no art. 7º da Constituição, que passa a ter a seguinte redação:

“Até que seja publicada a lei complementar a que se refere o inciso I do art. 7º da

Constituição, o vínculo empregatício mantido no momento da concessão de aposentadoria voluntária não ensejará o pagamento da indenização compensatória prevista no inciso I.”

Esse inciso, sem a mudança, diz que, em caso de demissão, o trabalhador será protegido com indenização compensatória (na prática, a multa de 40% do FGTS).

## Tramitação

A Comissão Especial da Câmara

aprovou o relatório da proposta de Reforma da Previdência por 23 votos a 14. O texto seguiu para o plenário e precisa de 308 votos para aprovação. Até o momento, Temer não tem os votos necessários para explodir o direito à multa de 40%.

## Mobilizar, sempre!

Mesmo que ainda não tenha os votos necessários, não permita que o governo golpista consiga com manobras na Câmara retirar mais esse direito que conquistamos com suor e lutas. **Vamos intensificar a mobilização! Dia 30 de junho todos nós na Greve Geral!**



## A CEMIG DE VERDADE

### Cabo energizado pode cair a qualquer momento

Um cabo energizado da Cemig está partido e preso no meio de uma árvore há mais de seis meses e pode cair a qualquer momento. O mal feito está localizado na cidade de Betim, na rua Pará de Minas, esquina com Avenida Governador Valadares. O local é bastante movimentado, com trânsito intenso de veículos e pedestres. A Cemig chega aos 65 anos sem dinheiro para manutenção da rede e com falta de eletricitistas, mas sobra dinheiro para o alto escalão da empresa.



## FALANDO NILSON

O LIBERTADOR



### EXPEDIENTE

Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais  
Endereço: Rua Mucuri, 271 - Floresta  
Belo Horizonte/MG CEP: 30150-190

Produzido pelo Departamento de Comunicação do Sindieletro-MG • Diretor responsável: Arcângelo Queiroz • Edição: Maria Beatriz de Castro

Redação: Benedito Maia, Maria Beatriz de Castro, Rosana Zica • Diagramação: Maria Beatriz de Castro

Cartunista: Nilson • Central de Informações: Nizio Fernandes

Telefones: Sede: (31) 3238-5000 Fax: (31) 3238-5049 Regionais: Leste: (33) 3271-1200 - Mantiqueira: (32) 3333-7063 - Metalúrgica:

(31) 3238-5026 - Norte: (38) 3222-3600 - Oeste: (37) 3222-7611 - Triângulo: (34) 3212-5001 - Vale do Aço: (31) 3822-3003

E-mail: cinformacao@sindieletromg.org.br • Impressão: Fumarc - 6.800 exemplares